

## 23.º CONGRESSO NACIONAL PARTIDO SOCIALISTA

### MOÇÃO SECTORIAL

#### **“As Tecnologias e a Literacia Digital: Os novos Desafios da Igualdade “**

A construção de um Portugal mais coeso, desenvolvido e sustentável deve ser alicerçado nos principais valores humanistas, tais como a justiça, solidariedade, liberdade e a igualdade.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), no seu artigo 109º, dispõe que *"a participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício de direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos públicos"*. A CRP estabelece ainda (alínea h) do artigo 9º) que é tarefa fundamental do Estado promover a igualdade entre homens e mulheres, exigindo um investimento político forte e alargado na promoção da igualdade de género, incluindo a implementação integrada de políticas públicas de combate à discriminação nas suas diferentes formas e dimensões.

Tal como sublinha o Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres, as políticas de igualdade são vitais para o crescimento, a prosperidade e a competitividade, pelo que assegurar a participação e representação equilibrada de mulheres e de homens no processo de tomada de decisão a todos os níveis e domínios, constitui um instrumento essencial para fomentar o progresso, a sustentabilidade e o bem-estar coletivo e individual.

O Partido Socialista, enquanto herdeiro das melhores tradições e valores humanistas, tem-se afirmado como o principal impulsionador das conquistas e dos avanços que o nosso país alcançou em matéria de igualdade de género, designadamente na ampliação dos direitos e garantias e no reforço da participação e representatividade das mulheres nos diferentes domínios, sectores e da vida do país.

O sucesso do combate às desigualdades depende da capacidade de nos mobilizarmos em torno de uma estratégia multissetorial e integrada que promova a coesão e elimine assimetrias, que

garanta a justiça e desenvolvimento social, que fomente a criação de emprego, o empreendedorismo e o crescimento sustentável, que garanta o acesso universal aos serviços públicos sociais e que proporcione igualdade de oportunidades para todos. O Partido Socialista tem sido a charneira dessa estratégia nos diferentes níveis e órgãos de poder, do Governo à Assembleia da República e Poder Local.

Alcançar a igualdade plena e efetiva entre mulheres e homens na tomada de decisão política (onde nas autarquias não atingimos sequer os 10% das Presidentes de Câmara, com apenas 28 mulheres Presidentes em 308 municípios), combater a desigualdade salarial persistente, travar o flagelo da violência doméstica cujas cifras negras se perpetuam, reforçar a transversalidade nas políticas de promoção da igualdade de género tem sido uma Agenda Permanente do PS e dos seus Governos.

A igualdade gera crescimento, como apontam as estimativas: a melhoria da igualdade de género na UE criaria até 10,5 milhões de novos postos de trabalho até 2050, a taxa de emprego atingiria quase 80% e o produto interno bruto (PIB) da UE poderia aumentar em quase 10% até 2050. A dimensão da Igualdade de Género deve, por isso, ser tida em consideração na conceção e execução de qualquer política pública.

Estamos perante um imperativo ético e constitucional indeclinável, um compromisso que se coloca às sociedades modernas, para uma vivência plena da cidadania; constitui um pré-requisito para uma sociedade sustentável, justa e equitativa, respeitando a dignidade humana.

Concluiu-se, assim, a particular relevância do **ODS5 – Igualdade de Género**. Por isso, será dada continuidade à política de promoção da igualdade e não discriminação, assumindo-se como prioritária a execução da **Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual, bem como do IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos**.

Temos que garantir e assegurar o compromisso das leis da representação equilibrada da paridade e da igualdade remuneratória e renovar o **Programa 3 em Linha – Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar**.

Temos ainda que **aprofundar o desenvolvimento de projetos de prevenção e combate à segregação sexual nas escolhas educativas e profissionais.**

Uma parte importante do potencial das mulheres continua por realizar devido às significativas desigualdades entre mulheres e homens em toda a UE. Para uma Europa mais forte, justa e unida, temos de eliminar estas desigualdades.

Sendo um desafio exigente e complexo, a igualdade de género encerra oportunidades de crescimento económico no presente, mas sobretudo no futuro próximo. Muitas dessas oportunidades estão alicerçadas nas novas tecnologias. No entanto, as novas tecnologias também comportam riscos e podem representar perigos, incluindo para a própria democracia, para os quais todos devemos estar atentos e capacitados.

Neste contexto, propomos a criação de um amplo compromisso político a nível federativo e nacional em torno de quatro desafios:

- 1. Fomentar a igualdade de género no setor das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).**

A área das TIC é aquela onde existirá, num futuro próximo, maior oferta de emprego, conforme revela o relatório “E-skills Country Report” da Comissão Europeia sobre Portugal. Todavia, é também aquela em que não existirão recursos humanos suficientemente qualificados para as necessidades – só em Portugal faltarão cerca de 15 000 profissionais na área.

Não obstante esta oportunidade em termos de mercado de trabalho e de exercício de criatividade e inovação, muitas raparigas nem consideram a possibilidade de uma carreira em TIC, sendo a única área de atividade onde o envolvimento das raparigas em termos de estudos e carreira profissional tem decrescido na Europa e em Portugal, sobretudo devido aos estereótipos.

Tal como destaca a UE, “as mulheres lideraram a inovação essencial para o avanço da tecnologia digital — desde os algoritmos informáticos até à programação. No entanto, ainda são menos propensas a ter competências digitais especializadas e a trabalhar neste domínio do que os homens”.

De acordo com o Painel de Avaliação Digital das Mulheres de 2020, publicado pela Comissão Europeia, as disparidades entre homens e mulheres diminuíram, de 10,5% em 2015 para 7,7% em 2019, relativamente às competências digitais básicas. **Portugal** ocupa o 19º lugar neste relatório: apenas 15,7% dos especialistas em TIC em Portugal são mulheres, contra 17,7% na UE. A Comissão Europeia pretende colmatar estas lacunas também através do plano de ação quinquenal apresentado na **Agenda Europeia de Competências**.

Atualmente, as mulheres representam menos de dois em cada 10 profissionais de TIC em Portugal: a sua proporção decresceu de 17,1% em 2005 para 14,7% em 2018 (Eurostat) e apenas cerca de 0,2% das adolescentes portuguesas aspiram a trabalhar nestas áreas (Instituto Europeu para a Igualdade de Género).

O combate às desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho é não apenas um imperativo de justiça social, mas também um imperativo de desenvolvimento. Com efeito, uma sociedade que abdica do pleno potencial de metade da sua população está a autolimitar-se no seu desenvolvimento social e económico.

O Plano Nacional de Resiliência alinhado com a Estratégia para a Igualdade de Género 2020/2025 inclui medidas de promoção da igualdade remuneratória e da representação equilibrada nos cargos de decisão, mas também o combate aos estereótipos que limitam as escolhas formativas de raparigas e mulheres e enformam desigualdades futuras.

Saudamos o facto de em articulação com a Estratégia para a Inovação da Administração Pública ser prosseguida a formação de trabalhadores em matéria de igualdade e não discriminação (em especial na área da conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar) e a criação de mecanismos que garantam que o teletrabalho não agudiza as assimetrias sociais de género preexistentes. É assim nuclear que sejamos capazes de prevenir que se reproduzam os focos de desigualdade existentes e que irrompam novos, na economia digital e também nas profissões de acesso a este tipo de atividades, ou seja, no “futuro do trabalho”.

Nessa perspetiva é muito importante que o Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho que se encontra na concertação social inclua a dimensão da igualdade.

Por seu turno, a versão final do PRR que Portugal entregou em Bruxelas, promove uma nova geração de equipamentos e respostas para a 1 infância, idosos e deficientes, inclui medidas de promoção da igualdade remuneratória e de promoção da representação equilibrada nos

cargos de decisão, mas também o combate aos estereótipos designadamente nas TIC (mulheres diplomadas desceu de 26% para 21% numa década) que limitam as escolhas formativas de raparigas e mulheres e enformam desigualdades futuras.

Esta recuperação responsiva ao género e atuação sobre fatores estruturantes de desigualdade, faz com que este Plano seja efetivamente um instrumento de oportunidades únicas, para que ninguém fique para trás como nos desafia a ONU na Agenda2030.

Assim, propomos a urgente elaboração de uma estratégia política integrada, com vista a fomentar a igualdade de género no setor das TIC.

## 2. Promover a Literacia Democrática e a Cidadania.

A velocidade crescente a que a informação circula e a sua disseminação nas redes sociais levantam questões sobre a necessidade de monitorizar informação não fidedigna, em particular quando esta circula de forma concertada e massificada, ao serviço de campanhas empenhadas na construção de perceções coletivas erradas e com potencial de corrosão da coesão social e do próprio bem-estar das sociedades.

A atuação do Estado terá de passar pela promoção da literacia digital, de modo a proteger as pessoas contra a manipulação em espaços digitais, mas também por uma atuação intransigente na proteção de dados de utilizadores das plataformas e pelo robustecimento da sua capacidade para limitar a atuação de canais que ajam de forma articulada para colocar em causa os pilares da nossa vida coletiva.

A Comissão Europeia publicou em maio de 2021 as suas orientações sobre a forma de reforçar o Código de Conduta sobre Desinformação, o primeiro do género a nível mundial, estabelecido em 2018 para a luta contra a desinformação.

A crise do coronavírus evidenciou as ameaças e os desafios que a desinformação coloca às nossas sociedades. A «infodemia» criou riscos substanciais para os sistemas de saúde pessoal e pública, a gestão de crises, a economia e a sociedade.

A abordagem da UE para combater a desinformação está profundamente enraizada na proteção da liberdade de expressão e na defesa do debate democrático aberto. Visa criar mais transparência e responsabilização no ambiente em linha e capacitar os cidadãos. Está em sintonia com outros objetivos do Plano de Ação para a Democracia Europeia,

nomeadamente a promoção de eleições livres e justas e a proteção da liberdade e do pluralismo dos meios de comunicação social. A UE mobilizou a indústria, os meios de comunicação social, o meio académico, as autoridades públicas e a sociedade civil e incentiva uma participação mais alargada no Código.

Assim, propomos que sejam implementadas medidas de promoção da literacia digital e que concorram para criar uma cultura de cidadania robustecida e de combate à infoexclusão, nomeadamente junto dos grupos mais vulneráveis.

A promoção de competências digitais em mulheres idosas e raparigas e a formação para profissionais que trabalham com grupos vulneráveis, como os migrantes e o combate ao abandono escolar de raparigas ciganas são centrais para alcançar a literacia digital e proteger as pessoas contra a manipulação em espaços digitais.

### **3. Aprofundar o combate à Ciberviolência contra Crianças e Mulheres.**

As sociedades mergulhadas numa lógica de funcionamento em rede, encontram-se dependentes do ciberespaço. Quer seja com a “*Internet of things*”, o desenvolvimento das redes de comunicações, a globalização económica ou as “*ciudades inteligentes*”, esta tendência tende a crescer, tal como os riscos daí resultantes.

Às ameaças, muitos contrapõem a visão de um ciberespaço de liberdade e de oportunidade. Mas a História ensina que “*sem segurança, não há liberdade*”, o que aliado à dimensão disruptiva das novas ameaças, torna pertinente e actual a problemática da Cibersegurança.

Face ao alcance crescente da Internet, a rápida disseminação da informação móvel e o uso generalizado das redes sociais, aliados ao fenómeno da violência de género, levou à emergência da violência cibernética contra mulheres e raparigas (VCMR), com consequências económicas e sociais crescentes e significativas.

Estima-se que uma em cada três mulheres sofrerá uma forma de violência ao longo da sua vida e, apesar de ser um fenómeno relativamente recente, uma em cada dez mulheres poderá já ter sofrido uma forma de violência cibernética desde os 15 anos.

A lacuna de indicadores exatos e fiáveis dificulta um diagnóstico e oculta a dimensão da realidade. Torna-se, por isso, necessário dar prioridade ao desenvolvimento de ferramentas

de medição e quantificação deste tipo de atos, por forma a melhor determinar a prevalência e os fatores de risco da VCMR cibernética, bem como as respostas políticas eficazes para combater o fenómeno.

Assim, propomos:

- Promoção e realização de campanhas de esclarecimento e sensibilização, em particular junto dos grupos mais vulneráveis, como as pessoas mais idosas, mulheres e crianças;
- Atualização das definições de cibercrime, para incluir a violência cibernética contra mulheres e raparigas;
- Implementação de iniciativas de regulação com vista a prevenir a divulgação de imagens degradantes de mulheres ou que associem o sexo à violência;
- Fomento do combate a todas as formas de género do cibercrime, sobretudo a sedução em linha ou o «recrutamento» de mulheres e de raparigas para situações de risco e/ou de crime, nomeadamente para a prostituição e tráfico de seres humanos.

#### 4. Agenda do valor notícia sobre a Igualdade

A sensibilização dos *media* para o valor das notícias no combate às desigualdades e prevenção da violência doméstica e MGF é um objetivo relevante para a agenda da Igualdade de género. A verdadeira mudança é a que opera por dentro. Neste contexto, é necessário ganhar para a causa da igualdade as centenas de mulheres jornalistas que diariamente produzem informação nos *media* tradicionais e nas redes sociais.

Nos últimos 20 anos, as redações dos jornais, rádios e televisões registaram um aumento muito significativo do número de mulheres jornalistas, produtoras, operadoras de câmara, guionistas. Em alguns casos já há uma maioria de mulheres, mas os *media* reproduzem o padrão de discriminação salarial e de deficit de representação nos lugares de chefia, registados nas empresas de forma generalizada. São repórteres, editoras, coordenadoras, produtoras que criam, organizam e tornam possível o produto final. Se, as mulheres que trabalham nos *media* parassem por um dia, o impacto na produção noticiosa seria avassalador. Todavia, a maioria faz parte de uma massa crítica anónima, com salários mais baixos, relações laborais precárias e pressão maior do empregador, quando têm de conciliar vida profissional e pessoal.

Sublinhe-se a aproximação entre homens e mulheres na defesa de princípios de igualdade, apesar de a transformação se operar de forma lenta.

A concentração da maioria dos meios de Comunicação Social acentuou a desregulação das condições de trabalho, a precariedade e a normalização de práticas atentatórias dos princípios da igualdade e da compatibilização entre a vida profissional e familiar. Estas práticas atingem na maioria mulheres, mas são também sentidas por homens que querem assumir um papel mais ativo na vida familiar.

A sensibilização da agenda da Igualdade junto dos *media* passa, por isso, por um trabalho em parceria com mulheres e homens reconhecidos pelos seus pares. A abordagem requer uma agenda que coloca as questões da igualdade e da não discriminação de forma transversal na sociedade portuguesa. Uma narrativa que sublinha o papel da mulher em todos os domínios. É necessário romper com o círculo vicioso da mulher valor de notícia apenas na sua qualidade de vítima. Esta missão exige uma intervenção integrada para a qual a MS-ID FAUL propõe:

1. A realização de workshops de formação em parceria com instituições públicas e ONG's, com o objetivo de produzir informação fundamentada, tendo como público-alvo jornalistas mais vocacionadas/os para tratar estas questões.
2. A promoção de um código de conduta “Mais Igualdade, Melhor Informação” nos órgãos de comunicação públicos, como alavanca para a sua implementação nas empresas privadas de comunicação.
3. Realizar ações de formação/informação conjuntas com jornalistas, magistradas, advogadas e ONG's de forma a disseminar dados e informação fundamentada entre todos os agentes envolvidos na produção noticiosa.

+ Informação+ Igualdade = Melhor Democracia

Maio 2021



Susana Amador – Militante 29333  
Duarte Cordeiro – Militante 69533  
Carla Tavares – Militante 27023  
Cátia Rosas – Militante 114082  
Maria João Rocha – Militante 151226  
Alcina Trindade – Militante 4533  
Maria Alfaiate (Alfy) Pereira – Militante 163494  
Alexandra Tavares de Moura – Militante 37506  
Anabela Rodrigues – Militante 151626  
Ana Catarina Inácio – Militante 104953  
Ana Couto – Militante 19841  
Ana Cristina Calado – Militante 154733  
Ana Cristina Pereira – Militante 37359  
Ana Paula Viseu – Militante 52004  
Ana Venâncio – Militante 53459  
Ana Vitorino – Militante 45448  
Antónia Barradas – Militante 167552  
Antonieta Gomes – Militante 154575  
Carla Madeira – Militante 39211  
Carla Rosinhas – Militante 44363  
Celeste Correia – Militante 27939  
Célia Monteiro – Militante 159446  
Cesaltina Oliveira – Militante 38220  
Cristina Trony - Militante 134954  
Dorita Gonçalves – Militante 151350  
Fátima Filipe – Militante 32436

Fernanda Lima – Militante 12871  
Filipa Gouveia – Militante 155984  
Filipa Laborinho – Militante 76839  
Isabel Leitão – Militante 113767  
Lina Andrês – Militante 83795  
Maísa Bastos – Militante 163056  
Maria de Fátima Filipe – Militante 32436  
Maria Infância – Militante 1178  
Maria de Lurdes Ferreira – Militante 122130  
Otília Macedo Reis – Militante 27967  
Paula Viseu – Militante 52004  
Paulo Afonso – Militante 70343  
Regina Guerreiro – Militante 63698  
Ricardo Leão – Militante 34308  
Rita Merenda – Militante 164437  
Romualda Fernandes – Militante 51719  
Sandra Jesus – Militante 76934  
Sérgio Cintra – Militante 23444  
Sílvia Ferreira – Militante 38451  
Sofia Mateus – Militante 939270  
Sónia Paixão – Militante 95956  
Tânia Mahomed – Militante 168421  
Vera Braz – Militante 161906